

O ESCRITO, O DITO E O FEITO NA POLÍTICA ESPORTIVA DE SÃO LUÍS - MA: PROGRAMAS, PROJETOS E PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS¹

Recebido em: 13/08/2024

Aprovado em: 09/12/2024

Licença: 

*Efraim Lopes Soares*²

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Maranhão – MA – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0815-0321>

*Silvana Martins de Araujo*³

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Maranhão – MA – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3084-0740>

*Aline Silva Andrade*⁴

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Maranhão – MA – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-9572-3660>

*Layene Maria Coelho Santos*⁵

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Maranhão – MA – Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-2486-9141>

*Pablo Linhares Teixeira*⁶

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Maranhão – MA – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1713-1010>

¹ Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

² Doutor em Educação (UFMG); Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física (GEPPEF).

³ Doutora em Política Social (UnB); Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física (GEPPEF).

⁴ Mestra em Educação (UFMA); Professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA); Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física (GEPPEF).

⁵ Graduanda no curso de Licenciatura em Educação Física; Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física (GEPPEF).

⁶ Licenciado em Educação Física (UFMA); Professor do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física (GEPPEF).

*Sara Hingrid Ramos Gonçalves de Oliveira*⁷
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Maranhão – MA – Brasil
<https://orcid.org/0009-0006-4237-1418>

*Jorge César Silva Mendes*⁸
Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC-MA)
Maranhão – MA – Brasil
<https://orcid.org/0009-0009-1490-2711>

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar os programas, projetos e profissionais envolvidos nos espaços e equipamentos públicos esportivos sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desporto e Lazer (SEMDEL) da cidade de São Luís/MA, no intuito de identificar se há uma política institucionalizada direcionada para a democratização desses logradouros (2014 a 2022). O estudo é de natureza quanti-qualitativa e se caracteriza como exploratório quanto aos objetivos. Para a sua operacionalização, adotou-se como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, os formulários e a observação sistemática. Constatou-se que há uma tímida atuação do poder público no gerenciamento dos espaços e equipamentos, agravada face ao não reconhecimento da SEMDEL como órgão responsável pela gestão de mais de 85% dos logradouros.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Espaços e equipamentos esportivos. SEMDEL.

**THE WRITTEN, THE SAID, AND THE DONE IN THE SPORTS POLICY OF
SÃO LUÍS – MA: PROGRAMS, PROJECTS, AND INVOLVED
PROFESSIONALS**

ABSTRACT: This article aimed to analyze the programs, projects, and professionals involved in the public sports spaces and facilities under the responsibility of the Municipal Department of Sports and Leisure (SEMDEL) in São Luís/MA, with the objective of identifying whether there is an institutionalized policy directed towards the democratization of these public spaces (2014-2022). The study adopts a quantitative-qualitative approach and is characterized as exploratory in terms of its objectives. Data collection techniques included semi-structured interviews, questionnaires, and systematic observation. The findings reveal a limited involvement of the public sector in the management of these spaces and facilities, exacerbated by the lack of recognition of SEMDEL as the responsible body for managing more than 85% of these public spaces.

KEYWORDS: Public policies. Sports spaces and facilities. SEMDEL.

⁷ Graduanda no curso de Licenciatura em Educação Física Licenciatura na Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física (GEPPEF).

⁸ Professor da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC-MA); Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física (GEPPEF).

Introdução

O presente estudo é fruto da pesquisa *Espaços e equipamentos esportivos de lazer em São Luís - MA: uma análise da ação do poder público municipal e estadual*, que integra uma das ações da linha de pesquisa de Políticas Públicas do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física (GEPPEF), vinculado ao Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Nessa perspectiva, delimitou-se como foco deste artigo analisar os programas, projetos e profissionais envolvidos no âmbito dos espaços e equipamentos esportivos sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Desportos e Lazer (SEMDEL), no período de 2014 a 2022. O eixo de análise foi estruturado com base nos relatórios de atividades, entrevista semiestruturada, formulário e roteiro de observação.

Parte-se do pressuposto de que há uma inação do poder público no que tange à formulação e implementação de ações voltadas para o desenvolvimento de uma política de programas, projetos e profissionais envolvidos que proporcione a democratização do acesso a esses espaços.

Nesse contexto, demarca-se que o estudo das políticas públicas de esporte no Brasil na contemporaneidade tem como marco histórico a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), que determina o dever do Estado brasileiro em fomentar práticas esportivas formais e não formais, como direito de cada cidadão, conferindo responsabilidade aos diferentes estados e respectivos municípios.

No entanto, mesmo após o reconhecimento do esporte como direito social pela CF/1988, a posituação dessa legislação não tem sido concretizada por meio da execução de políticas públicas para o setor, se distanciando assim, da compreensão do esporte como prática social que compõe o patrimônio cultural da humanidade. Soma-se

a isso que, apenas em 2003, foi criado o Ministério do Esporte, como órgão gestor específico da área, indicando um avanço do ponto de vista da necessidade de implantação de uma política pública para o setor.

Ressalta-se que, além da importância da existência de um órgão gestor, são vários os outros aspectos que compõem uma política pública de esporte, que vai desde a sua concepção, ordenamentos legais, financiamento, recursos humanos, programas e projetos desenvolvidos até os espaços, equipamentos e materiais necessários para que as ações do Poder Executivo, em suas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), venham a se configurar como uma efetiva política pública na área.

A propósito, a Política Nacional de Esporte, aprovada em 2005, assim como as Conferências Nacionais do Esporte (CNE), realizadas nos anos de 2004, 2006 e 2010, sinalizaram, de igual modo, para a caracterização dos referidos elementos como essenciais para a garantia do direito ao esporte a todo cidadão brasileiro, tendo como aspecto central a criação de um Sistema Nacional de Esporte.

Destaca-se que, na III CNE, em 2010, foi aprovado o Plano Decenal de Esporte e Lazer, contendo a linha estratégica relativa à infraestrutura esportiva e a ação n. 05, que indica a realização de diagnósticos dos equipamentos públicos esportivos em todos os municípios do Brasil. A recomendação é mapear as condições de distribuição, acessibilidade, construção, manutenção, qualificação ou reativação e modernização dos espaços públicos, na perspectiva de implantar uma política de gestão e ocupação de equipamentos esportivos nas cidades brasileiras.

Com efeito, a existência de espaços e equipamentos públicos esportivos é uma das formas do Estado garantir que a população tenha oportunidade de vivenciar experiências diversas. Contudo, pode existir o espaço e o equipamento público sem

haver a apropriação deste, devido a fatores como a inexistência de programas, projetos, eventos e profissionais.

Dessa forma, justifica-se este estudo, considerando a necessidade de contribuição acadêmico-científica nesse cenário, principalmente no que se refere à possibilidade de analisar a existência efetiva ou não de uma política de programas, projetos e profissionais envolvidos para o município de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

Abordagem Metodológica

Traçar o percurso metodológico para responder à problemática de uma pesquisa é um exercício eminentemente complexo, pois envolve abordagens teóricas, métodos e procedimentos diversos. No caso deste artigo, por se tratar de um estudo que analisa a ação estatal na implementação de uma política setorial, o desenvolvimento das ferramentas analíticas para responder sobre qual é o papel da SEMDEL na promoção de ações direcionadas à prática do lazer esportivo nos espaços e equipamentos que estão sob sua responsabilidade destaca, ainda mais, essa complexidade.

Para tanto, o presente estudo tem uma abordagem quanti-qualitativa, cuja proposta para a sua realização se deu por intermédio da combinação de levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo, representando os procedimentos de coleta, bem como as fontes de dados.

No que tange aos seus objetivos, a pesquisa é caracterizada como exploratória, pois, além de proporcionar maior entendimento sobre o problema, deixando-o mais explícito e/ou suscetível à formulação de questões investigativas a partir do refinamento

da problemática, permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos, tendo em vista o menor grau de rigidez quanto ao seu planejamento (Gil, 2007).

A revisão bibliográfica, que subsidiou a compreensão do fenômeno estudado, buscou, na produção teórica brasileira, a literatura referente à temática das políticas públicas, em especial de esporte e lazer, como também sobre os espaços e equipamentos esportivos. Os materiais consultados foram livros, teses, dissertações, artigos, dentre outros. De igual modo, o desenvolvimento da pesquisa documental consistiu na exploração de dados em diferentes fontes, tais como: relatórios de atividades da SEMDEL, regimento interno, Ofício n. 006/2022 – GS/SEMDEL, planos plurianuais (PPAs) e Lei Orgânica do Município de São Luís.

Para a operacionalização do estudo, adotou-se como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, os formulários e a observação sistemática. Por se tratar de pesquisa cujos procedimentos metodológicos envolvem a utilização de dados obtidos diretamente com os participantes, assinala-se que a mesma obteve aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CEP/UFMA), que se manifestou de modo favorável por meio do parecer consubstanciado n. 4.300.151 e do CAAE n. 35246920.1.0000.5086. Dessa forma, o formulário da pesquisa era constituído por informações sobre o objetivo da pesquisa, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) acerca do estudo em questão, para que os participantes que desejassem seguir no estudo fossem devidamente orientados.

A entrevista foi realizada com o gestor da pasta e obedeceu a um roteiro contendo perguntas fechadas e abertas, a partir de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, o que ofereceu, conforme preceitua Triviños (1987), um amplo

campo de interrogativas *vis-à-vis* às novas hipóteses que surgiam à medida que se recebiam as respostas do informante.

Já o formulário, sendo um dos instrumentos essenciais para a investigação social (Marconi; Lakatos, 2010), foi elaborado em formato de questionário, do tipo múltipla escolha, e consistiu em obter informações diretamente dos administradores e usuários dos espaços e equipamentos esportivos. A observação estruturada dos logradouros, por sua vez, buscou responder a propósitos preestabelecidos, tendo como eixo principal a coleta de dados referentes aos programas, projetos e profissionais envolvidos em tais ações.

Para o mapeamento dos espaços e equipamentos esportivos que estão sob a responsabilidade da SEMDEL, utilizou-se a geolocalização via *Google Maps Pro*, a visita *in loco* e o rastreamento pelo sistema de coordenadas, tendo como referência o documento disponibilizado pela referida secretaria, que descreve o nome, o bairro e o tipo de espaço.

Como critérios de inclusão e exclusão, adotou-se que seriam excluídos da pesquisa os logradouros indisponíveis para a observação e/ou aplicação dos questionários, sendo aqueles não localizados/inconsistentes, em reforma ou sem nenhum usuário – maior de 18 anos – e/ou administrador no local para participar do estudo. Nesse contexto, dos 34 (trinta e quatro) espaços notificados pela SEMDEL, 11 (onze) não foram observados.

No que diz respeito à organização da análise, os procedimentos utilizados passaram por diferentes fases ou “polos cronológicos” (Bardin, 2016), os quais serviram de base para este estudo, isto é: pré-análise; exploração do material e tratamento dos dados; inferências e interpretação.

A pré-análise correspondeu à organização das primeiras ideias e elaboração de indicadores para a interpretação dos documentos coletados. Assim, essa fase teve por objetivo “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (Bardin, 2016, p. 125).

Deste modo, inicialmente, fez-se a leitura geral dos relatórios de atividades, PPAs, Ofício n. 006/2022 – GS/SEMDEL e regimento interno para a apreciação e identificação dos principais pontos retratados nestes documentos. Após a leitura integral desse *corpus*, foi elaborado um quadro, contendo os seguintes elementos: “período”, “diretrizes do PPA”, “chefe do Executivo”, “secretário de esporte e lazer”, “finalidade da secretaria”, “plano de gestão”, “dimensão do esporte” (educacional, rendimento e/ou participação), “profissionais envolvidos”, “atividades desenvolvidas”, “ações prioritárias” e “espaços/equipamentos”.

A partir desses dados, seguiu-se para a exploração do material, que se operacionalizou por meio da descrição de todas as informações em planilhas do *Excel*. Essa fase contou também com a transcrição das entrevistas e tabulação dos formulários, representando a totalidade dos indicadores/eixos analíticos previamente selecionados para este estudo (distribuição, programas, projetos e profissionais envolvidos).

Com os três conjuntos de dados estruturados, deu-se início ao seu tratamento por meio da análise de conteúdo. O objetivo nessa etapa, tal como pontua Bardin (2016), foi dar forma conveniente e reproduzir de outro modo as informações contidas nos documentos, entrevista e formulários, por intermédio de procedimentos de transformação, caracterizando-se como uma operação ou conjunto de operações que visam representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original.

Em vista disso, buscou-se estruturar a análise tendo por base um modelo analítico que permitisse a confluência e visualização dos três conjuntos de dados (documentos, entrevista e formulários, como também o roteiro de observação), tendo em vista a diversidade das informações tabuladas, na perspectiva de possibilitar o diálogo entre essas dimensões.

Neste sentido, elencou-se como dimensões analíticas o “escrito”, o “dito” e o “feito” na intenção de explicitar a congruência ou não entre o que foi posto nos documentos oficiais e relatórios de atividades (escrito); o afirmado pelo gestor na entrevista e pelos administradores via formulários (dito); e o que foi constatado a partir da observação direta e a percepção dos usuários dos espaços e equipamentos (feito) para todos os indicadores/eixos analíticos anteriormente listados.

A análise do modelo citado permitiu elucidar, de modo consistente, o objetivo previamente traçado nesta pesquisa, o que poderá ser visto por meio das inferências e interpretações geradas a partir da figura, dos quadros e das tabelas. Assim, o texto que se segue está estruturado de modo a detalhar e especificar tais características.

Resultados e Discussão

Um dos elementos que compõem os espaços urbanos é a infraestrutura para as práticas de esporte e lazer que, em geral, está relacionada aos espaços e equipamentos. Marcellino *et al.* (2007, p. 15) apresentam que o “espaço é entendido como o suporte para os equipamentos. E os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade”. Nas cidades, os parques públicos, as praças, os centros culturais/esportivos e as escolas são os espaços privilegiados para as práticas esportivas (Rechia, 2017).

Na mesma direção, Ungheri e Isayama (2019) destacam que a oferta de espaços e equipamentos públicos para as vivências de lazer esportivo é uma das formas de se promover o acesso dos cidadãos a essas práticas e, por esse motivo, apresenta-se como possibilidade de intervenção do poder público. Para Marcellino, Barbosa e Mariano (2006, p.55), “os espaços e equipamentos são componentes dinâmicos de uma política de esporte e lazer e estão em constante transformação”. Dessa forma, os espaços e equipamentos esportivos assumem um lugar importante das políticas públicas para o convívio social (Silva, Silva e Amorin, 2012).

Não por acaso, a forma como esses espaços e equipamentos se encontram distribuídos nas cidades é condição *sine qua non* para a implementação de políticas que busquem garantir o direito ao lazer esportivo, como também possibilitar uma maior apropriação deles por diversos segmentos da sociedade.

Nesta pesquisa, a identificação dos logradouros se deu por meio de documentação oficial fornecida pela SEMDEL, a qual continha como principais informações: a denominação do espaço, o tipo e o bairro. Ao final, dos 34 espaços esportivos informados pela Secretaria, 29 foram visitados e, destes, 23 integram a amostragem analítica, conforme descreve o *Quadro 1*.

Quadro 1: Espaços e equipamentos esportivos de lazer analisados por tipo e gestão

N	ESPAÇO E EQUIPAMENTO	TIPO	GESTÃO
1	Praça das Mercês	Quadra poliesportiva	Poder público
2	Praça do Babaçu	Quadra poliesportiva	Comunidade
3	Quadra Poliesportiva Parque dos Sabiás	Quadra coberta	Comunidade
4	Praça da União	Quadra aberta	Comunidade
5	Estádio Cardozoão	Estádio de futebol	Poder público
6	Praça do Vôlei	Praça	Poder público
7	Praça do Bacurizeiro	Quadra poliesportiva	Poder público
8	Praça da Boa Vizinhança	Quadra poliesportiva	Não identificado
9	Praça Othelino Filho	Quadra poliesportiva	Comunidade
10	Praça Honorina Braga	Quadra de basquete	Comunidade
11	Praça dos Sonhos	Quadra poliesportiva	Poder público, comunidade
12	Praça das Flores	Quadra poliesportiva	Poder público, comunidade

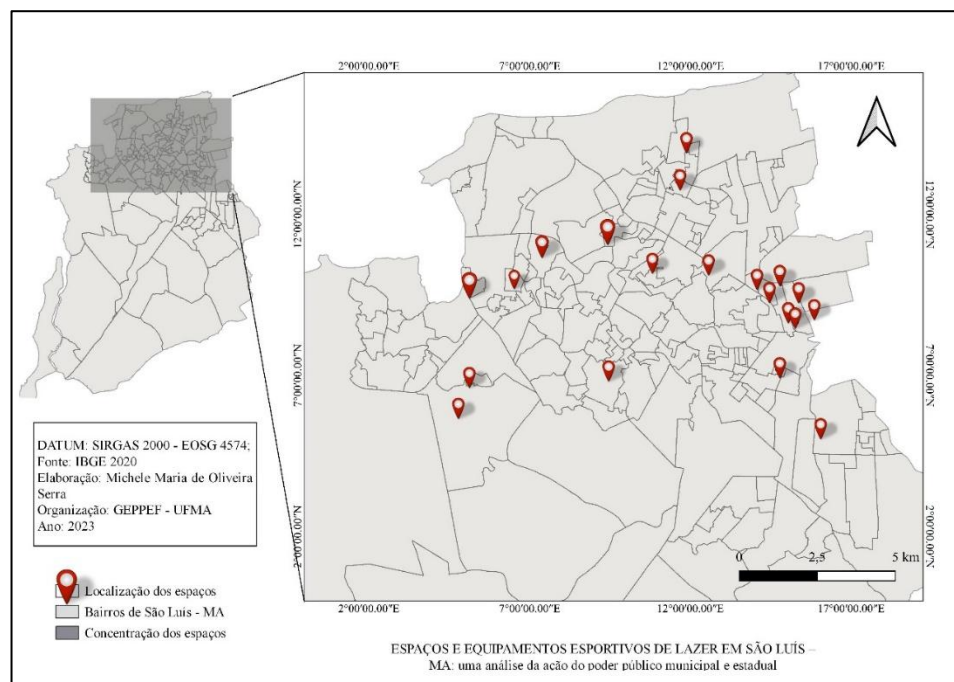
13	Praça Antônio Araújo Melo	Quadra poliesportiva	Poder público, comunidade
14	Praça das Margaridas	Campo de futebol	Poder público
15	Praça das Mães	Quadra poliesportiva	Poder público, comunidade
16	Quadra do Sabará	Quadra do Sabará	Poder público
17	Praça Maria Pinho	Quadra poliesportiva	Comunidade
18	Praça Doze de Outubro	Quadra poliesportiva	Poder público
19	Praça da Vitoria	Praça	Poder público, comunidade
20	Praça Ednor Soares	Quadra de basquete	Poder público, comunidade
21	Ginásio Tião	Quadra coberta	Empresa terceirizada
22	Quadra Poliesportiva da Liberdade	Quadra coberta	Instituto Iziane
23	Praça Nossa Senhora do Carmo	Quadra aberta e campo	Poder público, comunidade

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da SEMDEL e da pesquisa de campo.

Destaca-se que há uma defasagem no que se refere ao levantamento destes espaços pelo próprio órgão gestor, visto que, além da diferença quantitativa, os endereços informados não coincidiram com a realidade. Tais incongruências limitaram, sobretudo, a pesquisa de campo – desde a observação até a aplicação de questionários –, tal qual a dificuldade de identificação dos respectivos administradores dos logradouros.

Ao analisar a distribuição dos espaços e equipamentos que estão sob a responsabilidade da Secretaria, a *Figura 1* sinaliza para a existência de uma concentração desses logradouros, ou seja, uma distribuição não democrática, embora seja possível inferir um crescimento tímido em direção a bairros mais afastados do centro da cidade, tendo como referência a parte do mapa em que há uma maior concentração dos espaços.

Figura 1: Mapa da distribuição de espaços esportivos de lazer sob a responsabilidade da SEMDEL⁹



Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados do IBGE (2020) e da pesquisa de campo.

Isso revela uma ação intencional do poder público municipal no planejamento de políticas direcionadas para o setor, tendo em vista que, em São Luís, existem bairros sem quaisquer espaços e equipamentos, pois, dos mapeados, evidenciou-se uma concentração nas regiões Norte e Nordeste do município, havendo predomínio deles na área urbana em detrimento da área rural, reforçando a desigualdade social na distribuição desses logradouros.

No que se refere aos indicadores que versam sobre os programas, projetos e profissionais envolvidos nos espaços e equipamentos esportivos, o Quadro 2 descreve as principais características relacionadas ao escrito, o dito e o feito.

⁹ Devido a uma escala menor no mapa, 3 (três) espaços ficaram sobrepostos sobre outros.

Quadro 2: Descrição dos indicadores relativos a programas, projetos e profissionais envolvidos dos espaços esportivos de lazer – SEMDEL/São Luís

IND.	DESCRIPTORES		
	ESCRITO	DITO	FEITO
Programas e Projetos	<ul style="list-style-type: none"> - Há uma predominância de eventos esportivos (copas, festivais, corridas, jogos, torneios, campeonatos e circuitos). - Fica em evidência a realização do projeto “Lazer nos Bairros”. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Gestor <ul style="list-style-type: none"> - Há 57 “escolinhas” de iniciação esportiva (Programa Movimento Resgate), sendo 35 de futebol. - Projeto São Luís Saudável, que tem como público alvo os idosos. ● Administrador <ul style="list-style-type: none"> - 02 programas mais sistemáticos: Movimento Resgate (escolinhas) e São Luís Saudável (idosos). 	<ul style="list-style-type: none"> ● Observação <ul style="list-style-type: none"> - Há a predominância de projetos de atividades físico-esportivas e sociais/associativas. - Atividades realizadas: dança, ginástica, treinamento funcional, escolinhas de esporte e treinamento desportivo. ● Percepção-Usuários <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de esportes, caminhada/corrida, zumba, lazer/passeios/piqueniques e treinamento funcional.
Profissionais Envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> - Leis n. 4.902/2007 e n. 5.183/2009 estabelecem 22 cargos em comissão na estrutura SEMDEL. - Quase 90% do quadro de servidores são prestadores de serviço. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Gestor <ul style="list-style-type: none"> - Nos programas “Movimento Resgate” e “São Luís Saudável” todos são “serviços prestados” ● Administrador <ul style="list-style-type: none"> - Há prestadores de serviço para a realização de atividades nos espaços. 	<ul style="list-style-type: none"> - A maioria dos espaços e equipamentos não conta com orientação de profissionais de educação física.

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos relatórios de atividades, entrevista e formulários.

Legenda: Ind. = indicadores

Para o “escrito”, demarca-se que a estruturação da análise se deu a partir dos seguintes documentos oficiais: os PPAs dos períodos 2014-2017 e 2018-2021, as Exposições Circunstanciadas da Gestão da SEMDEL dos anos de 2017 e 2018, assim como o Calendário Esportivo de 2022, o Ofício n. 006/2022 – GS/SEMDEL e o “Projeto Movimento e Resgate Esportivo” /2022.

Na consulta aos PPAs 2014-2017 e 2018-2021, foram identificados os objetivos, as ações e as metas planejadas para os anos previstos no estudo. Os dados coletados garantiram conteúdo para análise das dimensões e categorias, quais sejam: configuração política (ações e programas) e abrangência/estrutura (alcance dos programas e projetos).

Para o quadriênio 2014 a 2017, o PPA inaugurou a organização de diferentes programas circunscritos em grupos denominados “Áreas de Resultado”, que são “[...] eixos estratégicos para viabilizar a realização de investimentos e a melhoria da qualidade na prestação de serviços [...]” (São Luís, 2013, p. 42). De acordo com o documento, esta nova organização é citada como uma forma de estimular a integração entre os órgãos e a transversalidade com o objetivo de garantir maior eficiência das ações.

Observa-se que as políticas de esporte e lazer aparecem associadas ao setor do turismo, embora desenvolvidas por órgãos distintos, formando a “Área de Resultado Turismo, Esporte e Lazer”, que têm descritas como atuações principais o “[...] desenvolvimento e incentivo ao turismo, com iniciativas de fomento e qualificação, e apoio e fomento ao esporte, com iniciativas voltadas para crianças e adolescentes” (São Luís, 2013, p. 44).

Numa primeira leitura, essa inovação parece interessante, pois visa aproximar diferentes políticas setoriais – algo bastante positivo, principalmente quando se destaca o fato do turismo se configurar como um dos interesses do lazer. Porém, no próprio PPA, pode-se observar que essa transversalidade enunciada não se concretiza nos detalhamentos das ações das duas Secretarias – a de Turismo e a de Desporto e Lazer. A intersectorialidade não aparece detalhada em programas, projetos e ações desses setores nos PPAs 2014-2017 e 2018-2021.

Ao se analisar os Demonstrativos de Programas e Ações por Órgão ou Unidade Físico e Financeiro da SEMDEL, contidos nos dois PPAs, verifica-se que as ações de esporte e lazer se localizam no programa “Fomento e apoio ao esporte”, com o objetivo de garantia e ampliação do acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais e

constitucionais (São Luís, 2013, p. 229), explicitando que serão utilizados como “ferramenta para redução dos riscos de exclusão social” (p. 306).

Mesmo afirmando o esporte e o lazer como direitos sociais, o objetivo descrito para o programa revela traços de uma visão salvacionista da atuação setorial, dando a essas áreas a “missão” de atuar na resolução de mazelas sociais.

Nessa direção, Athayde (2011) chama atenção para o risco da “Síndrome do Salvador da Pátria”, ao se atribuir essa finalidade ao fenômeno esporte, pois “nesse cenário mítico, isoladamente o esporte seria capaz de garantir a ascensão e inclusão social; combater a criminalidade e a drogadição; e promover melhoria na qualidade de vida e saúde da população” (Athayde, 2011, p. 200).

Por sua vez, os demonstrativos possuem as mesmas ações previstas para os dois quadriênios, tal como aponta a Tabela 1: 1) realização de eventos de desporto educacional (Jogos da Capital); 2) equipamentos para prática do esporte para garantir infraestrutura de qualidade ao esporte e lazer; 3) esporte para crianças e adolescentes; 4) esporte e inclusão social e 5) apoio ao atleta.

Tabela 1: Demonstrativo de ações da SEMDEL descritas nos PPA 2014-2017 e 2018-2021

PROGRAMA FOMENTO E APOIO AO ESPORTE					
AÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	INDICADOR	META FÍSICA/EXERCÍCIO	
				2017-2018	
Realização de eventos de desporto educacional (jogos da capital)	Realizar competições em diversas modalidades entre as escolas da rede pública municipal	Alunos das escolas da rede pública municipal	Modalidades de competições realizadas	01	01

PROGRAMA FOMENTO E APOIO AO ESPORTE					
AÇÃO	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	INDICADOR	META FÍSICA/EXERCÍCIO	
				2017-2018	
Equipamentos para prática do esporte para garantir infraestrutura de qualidade ao esporte e lazer	Garantir infraestrutura de qualidade ao esporte e lazer	Municípios	Instalações de esporte e lazer construídas, reformadas e mantidas	12	10
Esporte para crianças e adolescentes	Assegurar o acesso de crianças e adolescentes às práticas esportivas, incrementando e ampliando as escolinhas de esporte.	Crianças e adolescentes	Pessoas em vulnerabilidade social atendidas	5000	3000
Esporte e inclusão social	-	Municípios	Pessoas atendidas por ações de esporte e lazer	2500	2000
Apoio ao atleta	Apoiar atletas e equipes, proporcionando a participação em campeonatos locais, regionais, nacionais e internacionais	Atletas e equipes	Atletas apoiados	60	50

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos PPA 2014-2017 e 2018-2021 disponíveis no site *online* da Prefeitura de São Luís. Disponível em: <https://transparencia.saoluis.ma.gov.br/pagina/1573/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Em outros termos, a realização de eventos de desporto educacional (Jogos da Capital) quando analisada pelo viés das atividades executadas, no detalhamento das ações nas *Exposições Circunstanciadas da Gestão da SEMDEL*, no ano de 2017, foi constatado que a Secretaria atuou no planejamento e execução da etapa municipal dos Jogos Escolares Maranhenses e na realização de um Festival Esportivo das Escolinhas do Projeto “Movimento e Resgate Esportivo” (SEMDEL, 2018).

No ano de 2018, para esta mesma ação, além de novamente participar da etapa municipal dos *Jogos Escolares Maranhenses*, é registrada a realização de um *Festival Esportivo* ofertado aos alunos das escolas municipais (SEMDEL, 2019).

Ao descrever as atividades realizadas em 2017 e 2018, no “Esporte para crianças e adolescentes”, são citadas como realizações: a capacitação dos agentes de esportes, as atividades de aulas das sessenta e nove (69) escolinhas de esportes¹⁰, a distribuição de material esportivo e as palestras educativas.

Nas ações detalhadas do “Esporte e Inclusão Social” foram apresentadas, no ano de 2017, a concretização dos projetos: “São Luís Saudável”, “Torcedor do Futuro”, “Brincando nos Bairros” e “Viver Bem”. Ao passo que, em 2018, destacaram-se os projetos: “São Luís Saudável”, “Torcedor do Futuro”, “Bem-Estar na Praia”, “Dançando nos Bairros” e “Gingados, Ringues e Tatames”.

Dentro da referida ação, é possível encontrar a maior variedade de conteúdos e de público-alvo do Programa, envolvendo atividades de esporte e lazer, com destaque aos projetos “Dançando nos Bairros” e “Bem-Estar na Praia”, que introduzem o conteúdo da dança no rol de atividades da SEMDEL. O projeto “São Luís Saudável” é destinado ao público idoso, enquanto “Gingados, Ringues e Tatames” registra a participação de pessoas com deficiência.

Por fim, na ação “Apoio ao atleta”, nos Relatórios dos anos de 2017 e 2018, foi registrado o auxílio à participação de atletas amadores em competições, intercâmbios esportivos nacionais e internacionais, além do incentivo a eventos esportivos de diversos bairros de São Luís.

¹⁰ As Escolinhas de Esporte são atividades do projeto “Movimento e Resgate”, e oferecem diversas modalidades esportivas como handebol, basquetebol, judô, vôlei, karatê, atletismo, capoeira, futsal e futebol de campo.

A partir da avaliação dos demonstrativos presentes nos PPAs, é possível destacar que, mesmo com a finalidade do órgão apontando para o fomento dos direitos do esporte e do lazer, os documentos aprovaram um rol de ações voltadas fundamentalmente ao esporte, ficando o lazer restrito ao acesso de equipamentos e à infraestrutura.

Somente quando se desloca a análise para o detalhamento das ações, dentro das *Exposições Circunstanciadas da Gestão* (SEMDEL, 2018; 2019) foi que se identificou a presença de outras atividades de lazer voltadas para o interesse físico.

Assim, embora exista a possibilidade de se promover o lazer por meio do esporte, como teoriza Bracht (2005) ao explanar sobre esquema dual do fenômeno¹¹, reduzir a oferta de atividades a apenas um conteúdo do lazer é se afastar do que é preconizado nos objetivos da Política Nacional do Esporte, que retrata a necessidade de “democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira” (Brasil, 2009, p. 44).

Quando se verifica o alcance da política municipal de esporte e lazer executada pela SEMDEL nos anos de 2017 e 2018, considerando os dados constantes nos PPAs – que utilizam como indicador o número de pessoas beneficiadas nos programas, projetos e ações implantadas –, defronta-se com um resultado alarmante.

No ano de 2017, o número de munícipes a serem beneficiados nas ações implantadas pela SEMDEL obteve uma previsão de 7.560 (sete mil quinhentos e sessenta) atendimentos, que representa 0,64% da população de São Luís. Em 2018, o dado do ano anterior sofreu retração para uma previsão de 5.050 (cinco mil e cinquenta) atendimentos (0,49% da população da cidade), limitando ainda mais o acesso ao direito

¹¹ Segundo Bracht (2005), o esporte pode ser compreendido a partir de um esquema dual, sendo tomado tanto como prática de alto rendimento (ou espetáculo) quanto como atividade de lazer.

do lazer esportivo, sem que nenhuma explicação dos motivos para a redução dos números constasse nos documentos avaliados.

Esses dados, se contrastados com o número absoluto da população da cidade, traduzem que a maioria da população ainda não tem acesso ao esporte efetivado por meio de políticas municipais. Mascarenhas (2006) destaca que, quando as políticas acontecem na lógica focalista, é lugar comum “[...] a introdução de compensações pontuais visando o funcionamento do sistema e a conservação da ordem institucional” (Mascarenhas, 2006, p. 10).

Talvez, se houvesse outros dispositivos oficiais capazes de revelar os dados sobre a quantidade de usuários dos espaços e equipamentos de lazer esportivo ou do número de participantes nos eventos de desporto educacional, essa disparidade poderia ser atenuada, mas, certamente, não sanaria o gigantesco hiato existente para a garantia da universalização do direito ao esporte na esfera municipal.

Acrescentam-se, ainda, considerações sobre o “Calendário Esportivo/2022”, bem como o “Projeto Movimento” e o “Resgate Esportivo/2022”. Constatou-se que a maioria das ações descritas no calendário não difere daquelas relativas aos anos anteriores, entretanto, verificou-se uma predominância de eventos esportivos (copas, festivais, corridas, jogos, torneios, campeonatos e circuitos) ofertados mensalmente em datas comemorativas, contemplando diferentes modalidades esportivas para atender um público-alvo diversificado.

Ganha destaque, nesse documento, a realização do projeto “Lazer nos Bairros”, com certa regularidade, porém sem maiores detalhamentos sobre locais, público atendido e atividades realizadas, o que leva a supor que se tratam de atividades recreativas pontuais.

Outro aspecto que chama atenção são as atividades direcionadas a públicos específicos, como: idosos, crianças/adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, conforme quadro a seguir.

Quadro 3: Eventos para públicos específicos - SEMDEL

EVENTOS	MÊS	PÚBLICO-ALVO
Evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher	Março	Mulheres
Evento em alusão ao dia de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes	Maio	Crianças/adolescentes
Festival Paralímpico	Setembro	Pessoas com Deficiência
Baile 80 anos (Dia Nacional do Idoso)	Setembro	Idosos
HITBOX Outubro Rosa	Outubro	Mulheres
AUTINIC (piquenique para autistas)	Dezembro	Pessoas com Deficiência

Fonte: elaborado pelos autores a partir do Calendário Esportivo 2022.

Os dados indicam uma preocupação da gestão municipal em ofertar, ainda que apenas na modalidade “eventos”, atividades direcionadas a públicos historicamente excluídos ou em condições de vulnerabilidade nas ações do Poder Municipal, o que revela um aspecto positivo na política setorial. No entanto, recomenda-se a ampliação para atividades sistemáticas como programas, projetos e ações direcionadas a essa população e não apenas eventos isolados.

Quanto ao Projeto “São Luís Movimento e Resgate”, infere-se ser a mais longa ação da SEMDEL, pois, segundo Dominici e Silva (2008), desde 2003, – na ainda Fundação Municipal do Desporto e Lazer (FUMDEL) –, essa atividade tem sido realizada sistematicamente, caracterizando-se como um projeto permanente.

Além disso, destaca-se a realização do Projeto “São Luís Saudável”, desenvolvido pela SEMDEL com certa regularidade. Conforme informação oficial,

enviada pela Secretaria (2022), há 06 (seis) núcleos do “Programa São Luís Saudável” executados pelo órgão gestor e 01 (um) em parceria com a Secretaria de Saúde. O mesmo documento atesta a existência de 57 (cinquenta e sete) escolinhas de iniciação esportiva, contemplando diversas modalidades com predominância do futebol/futsal.

A partir da análise do documento de planejamento do *Programa Movimento e Resgate Esportivo – Escolinhas da SEMDEL/Esporte e Inclusão* (2022) ressalta-se que o então projeto foi redimensionado, adquirindo *status* de programa, englobando uma ação guarda-chuva denominada “Projeto Escola de Esporte”.

Também denominado no documento como “Programa de Iniciação Esportiva Educacional”, descreve ser composto por 15 (quinze) projetos. No entanto, apresentam-se relacionados somente as seguintes modalidades esportivas: atletismo, futebol, voleibol, futsal, judô, capoeira, basquete e handebol, o que não condiz com o total assinalado.

Por sua vez, o texto prevê ações intersetoriais com as Secretarias de Educação, Limpeza Urbana, Saúde e Ação Social, na perspectiva de atender um total de 3.600 (três mil e seiscentas) crianças e adolescentes em um período de 02 (dois) anos de desenvolvimento efetivo no contraturno escolar, o que, para Marcellino (2008), “[...] requer, no âmbito público governamental municipal, observar as interfaces com os demais departamentos da própria Secretaria ou órgão onde esteja centralizada a ação relativa à política de lazer” (Marcellino, 2008, p. 14).

Nesse sentido, percebeu-se uma semelhança entre a nova versão do programa “Movimento e Resgate Esportivo” da SEMDEL e o programa “Segundo Tempo”, ofertado pelo Governo Federal, contudo, o programa municipal prioriza “escolinhas” de

iniciação esportiva, reduzindo as possibilidades de atividades que contemplem outros conteúdos da Educação Física e do Lazer.

No que concerne ao “escrito” sobre o indicador “profissionais envolvidos”, demarca-se que a SEMDEL é uma Secretaria de pequeno porte quanto ao seu quadro funcional, pois as Leis Municipais n. 4.902/2007 e 5.183/2009 estabelecem 22 (vinte e dois) cargos em comissão para a estrutura do órgão gestor.

Assim, ao se observar o Portal da Transparência da Prefeitura de São Luís (São Luís, 2023), identifica-se que, do total de 160 (cento e sessenta) servidores, apenas 2,4% compõem o quadro efetivo da SEMDEL, sendo 86,2% “prestadores de serviço”, saltando aos olhos o número elevado de funcionários que possuem somente vínculo temporário, tal como descreve a *Tabela 2*.

Tabela 2: Cargos dos servidores

CARGO DE ORIGEM	QUANTIDADE	%
Agente administrativo	06	3,75
Analista jurídico	01	0,62
Assistente técnico nível médio	01	0,62
Assistente técnico nível superior	02	1,25
Auxiliar serviços gerais	01	0,62
Chefe da assessoria técnica	01	0,62
Chefe de gabinete	01	0,62
Coordenador	03	1,87
Motorista	01	0,62
Professor nível superior	01	0,62
Secretário Adjunto Administrativo e Finanças	01	0,62
Secretário Adjunto	01	0,62
Serviço prestado	138	86,2
Superintendente de área	01	0,62
Superintendente Administrativo e Finanças	01	0,62

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos dados disponíveis no site *online* da Prefeitura de São Luís.
Disponível em: <https://transparencia.saoluis.ma.gov.br/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Enfatiza-se que, a cada gestão municipal, mais de 90% dos que integram a estrutura da referida Secretaria podem perder seu vínculo. Portanto, no que diz respeito à categoria “recursos humanos”, ter uma alta rotatividade no quadro de funcionários do

órgão, possivelmente, seja um dos pontos fulcrais para justificar a descontinuidade das suas políticas públicas, pois, se ausente a memória administrativa adquirida por intermédio de servidores de carreira, a consequência é se ter uma precariedade na prestação dos serviços públicos ofertados. Ademais, avulta ainda o fato de nenhum deles ter ligação direta com a atividade fim, quer dizer, ser da área de Educação Física/Esporte/Lazer.

No que se refere ao “dito” sobre os programas, projetos e seus profissionais, ressalta-se, preliminarmente, que o atual prefeito da cidade de São Luís (2020-2024), em menos de 02 anos, substituiu o gestor municipal da pasta do esporte. Isso possivelmente responda ou justifique parte das contradições identificadas entre a fala do gestor e os documentos oficiais disponibilizados pela Secretaria.

Assim, o atual representante do órgão relata que a SEMDEL reconhece apenas 03 (três) espaços como de sua responsabilidade, entretanto, tem 57 (cinquenta e sete) “escolinhas” de iniciação esportiva, dentre as quais 35 (trinta e cinco) são de futebol e as demais de futsal, basquete, karatê, capoeira, judô, voleibol e handebol integradas ao “Programa Movimento Resgate”. Outra ação enfatizada foi o “Projeto São Luís Saudável” que tem como público alvo os idosos. Essas duas foram apontadas pelo entrevistado como as mais sistemáticas.

Supõe-se, portanto, que a contradição sobre a responsabilidade dos espaços esportivos declarados pelo gestor com o documentado pode indicar que a SEMDEL tem realizado ações esportivas em espaços da comunidade, pagando os profissionais, no entanto, sem assumir a sua administração. Ademais, tal contexto denota a presença de uma política desconectada das suas especificidades, com a ação do poder público se efetivando na ausência de um plano de gestão.

Os dados presentes nos documentos a respeito dos profissionais envolvidos nos programas e projetos da SEMDEL foram confirmados pelo atual gestor da seguinte forma:

aqui na SEMDEL nós temos um histórico dentro da estrutura: cargos comissionados, poucos efetivos e os chamados serviços prestados (SP's), que é uma grande problemática que o próprio município carrega “em seu ombro”. Nós temos aqui o secretário municipal e dois adjuntos: um de Finanças Administrativas, um de Esporte, Lazer e Mobilização e, abaixo disso, nós temos a Superintendência de Esportes [...] e mais dois coordenadores: o de Mobilização Social, que fica à frente dos projetos do “Movimento Resgate”, lazer e o de Esporte, que faz o “meio campo” com as entidades que promovem o esporte. Hoje, dentro da organização são esses. [...] Nos Programas “Movimento Resgate” e “São Luís Saudável” todos são SP's. Muitos são habilitados e muitos não são. Essa é a realidade, porque são da comunidade (Gestor SEMDEL).

Dessa feita, ratifica-se a ineficiência da gestão municipal relativa aos recursos humanos, pois, pelo visto, não é somente na área esportiva que a execução da política é realizada por meio de serviços prestados. Logo, questiona-se: o que justifica a implementação do maior – e mais longo – programa do órgão gestor ser desenvolvido preponderantemente por servidores com vínculos transitórios? Pode-se inferir que, do ponto de vista jurídico administrativo, esta Secretaria sequer existiria, dado o caráter limitado da estrutura dos seus cargos. De maneira complementar, o gestor resgata:

[...] um histórico de como surgiram os “Agentes do Esporte” [...]. Esse programa do “Movimento Resgate” existe desde que a Secretaria era uma Fundação [...] e tinha um projeto muito forte de futebol de campo. O gestor da época, quando criou o projeto, era muito envolvido com futebol, então criaram essas “escolinhas” e colocaram muitos ex-atletas de futebol [...]. **Fizeram muita política com isso**, essa é a realidade que aconteceu. Hoje, o perfil desses profissionais são pessoas com seus 60 anos. Tem professor com 70 anos trabalhando (Gestor SEMDEL, grifo dos autores).

Por outro lado, foi evidenciado, por intermédio da entrevista, a hegemonia do futebol e o “uso político” das escolinhas de iniciação esportiva como critério de seleção e contratação dos profissionais que atuariam no projeto “Movimento e Resgate”. Percebeu-se que a atual gestão tem dificuldade de romper com tal prática, revelando, de certa forma, uma conduta que tem perpetuado essa situação, pois o gestor justificou que:

[...] assim é o conjunto de todos os professores, porque eles são professores desde o início até hoje no Movimento Resgate. Eles trabalham diretamente com a comunidade. Esses professores também são heróis, são pais e são mães, trabalham com toda a realidade da comunidade, com a falta de estrutura de equipamento e de tudo (Gestor SEMDEL).

Com referência à formação e capacitação/atualização dos profissionais envolvidos nos programas e projetos da Secretaria, apreendeu-se na fala do gestor que, a maioria dos servidores do projeto “São Luís Saudável” são professores de Educação Física, no entanto, não há uma política de capacitação sistemática, apenas cursos pontuais.

Em síntese, acredita-se que a SEMDEL precise seguir como orientação a diretriz definida na II CNE, no intuito de se aproximar da política macro, isto é, pensada no plano nacional, conforme se explicita a seguir:

o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, com base em diagnóstico de recursos humanos, deverá elaborar uma política de formação inicial e continuada, nos níveis básico, superior e pós-graduação, a distância, respeitando critérios econômicos e geográficos, e presencial, sob a orientação das Instituições de Ensino Superior e envolvendo instituições gestoras, formadoras, científicas e comunitárias, ampliando e garantindo o acesso e a permanência ao ensino público, gratuito e de qualidade (Brasil, 2007, p. 26).

Tendo em vista a necessidade de estabelecer uma conexão entre aquilo que está registrado nos documentos e o anunciado na entrevista, apresenta-se uma breve análise sobre a dimensão do “feito” nos 23 (vinte e três) espaços e equipamentos esportivos, tendo por base o roteiro de observação e a percepção dos 270 (duzentos e setenta) usuários participantes desta pesquisa. Para tanto, as atividades realizadas de forma autônoma, os interesses do lazer e os principais programas e projetos foram considerados como eixos temáticos de análise para ponderar a observação dos espaços e equipamentos.

Antecipa-se que não foi possível identificar, no período da observação e aplicação dos formulários com os usuários, a efetivação de uma política de animação

regular nos diferentes espaços visitados. Dos poucos reconhecidos, verificou-se que há a predominância de projetos, seguidos de eventos¹². No que concerne aos interesses do lazer, sobressaíram-se as atividades físico-esportivas e as sociais/associativas.

De fato, a política esportiva em São Luís tem se limitado à execução de poucos projetos e, em alguns casos, sequer foi identificada sendo realizada nos espaços e equipamentos visitados. Assim, como constatado na fala dos gestores, há uma lacuna no âmbito da configuração política para a efetivação da sua abrangência, pois o município carece de mais programas e projetos que sejam regularmente desenvolvidos pelo poder público para a garantia do esporte.

Com relação às atividades desenvolvidas de forma autônoma, o roteiro de observação permitiu a escolha de mais de uma opção, verificando-se, assim, um destaque para as práticas de esportes, atividades físicas, contemplação e convívio social.

Quanto aos dados indicados pelos usuários sobre o conhecimento da oferta das atividades realizadas nos espaços e equipamentos, foram apresentados por ordem de importância, destacando-se: aulas (dança, ginástica e treinamento funcional), escolinhas de iniciação esportiva e treinamento desportivo. Dentre elas, os frequentadores afirmaram praticar especificamente: esportes, caminhada/corrida, zumba, lazer/passeios/piqueniques e treinamento funcional.

Portanto, apreendeu-se que os espaços de lazer esportivo na cidade de São Luís, de certa forma, são diversos, pois a comunidade os utiliza como alternativa para a prática de múltiplas atividades. A propósito, as ações mencionadas coincidem com os dados relativos aos projetos “Movimento e Resgate” e “São Luís Saudável”. Apesar de serem apenas duas principais atuações da gestão, ambas se configuram como

¹² Entende-se como evento uma ação pontual, que implica apresentação cultural, esportiva e/ou científica. Pode ou não integrar programas ou projetos.

possibilidades que atendem públicos diversos (crianças, adolescentes e idosos), de modo descentralizado, com oferta gratuita e regular.

No âmbito da motivação para a utilização dos espaços e equipamentos, os usuários afirmaram preferência, inicialmente, pelo lazer/diversão/bem-estar e, na sequência, descanso/contemplação/saúde.

Adicionalmente, os frequentadores apontaram que visitam os espaços e equipamentos, na sua maioria, uma a duas vezes por semana, ou três a quatro vezes, com o período da noite recebendo a maior quantidade de pessoas, seguido dos turnos vespertino e matutino. Sobre outro dado, a maior parte dos usuários indicou prática regular, nestes logradouros, há aproximadamente 02 (dois) anos.

Com referência aos profissionais envolvidos, averiguou-se, nas observações, a prevalência destes em atividades realizadas de forma autônoma pela comunidade (aulas, treinamento desportivo, torneios/competições e atividades culturais). Demarca-se, porém, que em um percentual significativo dos espaços, não foi possível verificar participação de profissionais da SEMDEL ofertando nenhum tipo de auxílio.

Buscou-se identificar ainda, a presença de professores(as) de Educação Física que se ocupassem da realização das respectivas atividades. Nesse quesito, percebeu-se que em 60,8% dos 23 (vinte e três) espaços esportivos visitados não se verificou a presença de graduados cumprindo o papel de orientação.

E quanto ao vínculo, evidencia-se que dos 39,1% dos locais com presença de profissionais, a maioria é caracterizada como prestador de serviço. O que coincide com o relatado pelo gestor e o descrito nos documentos, ou seja, o fato da ação do poder municipal desenvolver suas atividades com servidores com vínculo precarizado.

Soma-se a isto, a inação do poder público no gerenciamento desses logradouros, considerando que aproximadamente 80% dos seus usuários afirmaram não existir nenhum tipo de orientação ofertada pelo Executivo Municipal nos diferentes espaços. Isso implica que, como 81% afirmam não pagar profissional particular para orientar suas práticas esportivas, entende-se que as pessoas estão utilizando esses locais de forma aleatória, sem nenhum acompanhamento qualificado, o que representa, como mencionado, uma omissão do órgão gestor.

De outro modo, tal dado demarca uma contradição, pois os 138 (cento e trinta e oito) funcionários que prestam serviços para a SEMDEL estão apenas vinculados às escolinhas de iniciação esportiva, em detrimento de um atendimento que contemple o público em geral.

Em resumo, defende-se que “[...] as diretrizes gerais de uma política municipal de lazer não podem se restringir apenas a uma política de atividades, mas devem contemplar questões relativas à formação e desenvolvimento de quadros para atuação, aos espaços e equipamentos e critérios de reordenação do tempo” (Marcellino, 2008, p. 15). Isso, com certeza, configuraria a ampliação do direito ao esporte e lazer à população ludovicense.

Considerações Finais

A análise sobre os programas, projetos e profissionais envolvidos no âmbito dos espaços e equipamentos esportivos sob a responsabilidade da SEMDEL da cidade de São Luís/MA, no período de 2014 a 2021, por meio do escrito, o dito e o feito, revelou haver uma tímida atuação do poder público no gerenciamento de uma política de

Estado, agravada face ao não reconhecimento da Secretaria como órgão responsável pela gestão de mais de 85% dos logradouros.

Isso implica em um esvaziamento propositivo, tanto no que diz respeito à elaboração de um plano de gestão, que descreva a realidade e principais necessidades das localidades que possuem ou não tais espaços, quanto na destinação de recursos financeiros capazes de atender de forma perene aos diversos programas que são desenvolvidos no âmbito dos logradouros públicos.

Ademais, ao se cruzar as informações contidas no Portal da Transparência com as descritas no documento encaminhado pela secretaria via Ofício n. 006/2022 (SEMDEL, 2022), que indicam os nomes de 57 (cinquenta e sete) “Agentes de Esporte” como responsáveis pelas escolinhas esportivas, observou-se que o órgão tem desenvolvido suas ações com profissionais com vínculo precário e temporários, confirmando o amadorismo da Gestão Pública Municipal na condução do esporte e lazer. Além disso, do total de 160 servidores, menos de 3% integram o quadro efetivo da SEMDEL, com quase 90% sendo “prestadores de serviços”.

Alerta-se que há, sobretudo, a institucionalização de uma política de conveniência, que, operando em prol de determinadas predileções, acolhe programas e projetos que possam acomodar seus valores e atender a interesses pessoais, em detrimento de benefícios gerais. Assim, fica evidente que os gestores moldam suas decisões por critérios político-partidários na política esportiva em curso, se comportando de acordo com os atores que operam o Estado em um dado momento.

De outro modo, se há uma possibilidade de explicação da não-importância dada pelos agentes políticos no gerenciamento dos seus espaços e equipamentos de lazer esportivo, a partir do escrito, dito e feito, leva a uma conclusão que parece se aproximar

da verdade: muitos deles não têm preparo e *expertise* para operar as questões relacionadas à política pública de esporte, especialmente no que diz respeito à superação do quadro de insuficiência de financiamento público e à ausência de profissionais qualificados na estrutura da SEMDEL para concretizar ações no campo do esporte.

Em síntese, comprovou-se que, dentro dos limites administrativos geográficos da cidade de São Luís, existem bairros sem nenhum espaço esportivo de lazer, ao passo que, em outros, há uma visível concentração, revelando uma desigualdade de acesso em decorrência da ausência do poder público. Por isso, parece haver uma política pública setorial mais suscetível ao atendimento de interesses eleitoreiros do que preocupada com uma cidadania esportiva, concebida por meio da garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P. F. A. O “lugar do social” na Política de Esporte do Governo Lula. **Ser Social**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 184–209, 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12687. Acesso em: 16 mai. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 230p.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. rev. Ijuí, RS: Unijuí, 2005. 136 p. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/sociologiado-esporte/pdf/pdf01.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2023. ISBN 85-7429-259-1.

BRASIL. Ministério do Esporte. **II Conferência Nacional do Esporte**: documento final. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Coletânea Esporte e Lazer: Política de Estado**. Brasília, DF, 2009. Caderno 1: esporte, lazer e desenvolvimento humano.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília - DF: Presidente da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.

DOMINICI, K. R. L.; SILVA, M. N. da. Política de animação em São Luís MA: atuação da Fundação Municipal Desporto e Lazer. In: ARAUJO, S. M.; VIANA, R. N. A. (Orgs). **Esporte e lazer na cidade de São Luís -MA**: elementos para a construção de uma política pública. São Luís: EDUFMA, 2008, p. 105-121.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha do fluxo de arruamento da cidade de São Luís**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 11 mar. 2024

MARCELLINO, N. C. *et al.* **Políticas públicas de lazer** - formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba – SP. Curitiba, PR: Opus, 2007.

MARCELLINO, N. C. **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. A cidade e os acessos aos espaços e equipamentos de lazer. **Revista Impulso**. Piracicaba, São Paulo, v.17, n.44, p. 55-66. 2006. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/planejamento-de-espacos-e-equipamentos-delazer/texto-3-as-cidades-e-os-equipamentos-de-lazer/at_download/file. Acesso em: 27 jun. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MASCARENHAS, F. Exclusão social clube: problema para as políticas públicas e gestão em esporte e lazer. **Lecturas educación física y deportes**, Buenos Aires, v. 95, p. 1-15, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2003684>. Acesso em: 13 abr. 2023.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Desporto e Lazer (SEMDEL). **Exposição circunstanciada da gestão**. São Luís, MA, 2018.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Secretaria Municipal de Desporto e Lazer (SEMDEL). **Exposição circunstanciada da gestão**. São Luís, MA, 2019.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Lei nº 5.816, de 20 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, e dá outras providências. São Luís, MARANHÃO. Disponível em: <https://transparencia.saoluis.ma.gov.br/pagina/2420/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021**. São Luís, MARANHÃO. 2022. Disponível em: <https://transparencia.saoluis.ma.gov.br/pagina/2420/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

RECHIA, Simone. Atividades físicas e esportivas e as cidades. *In*: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Org.). **Relatório de desenvolvimento humano nacional – movimento é vida**: atividade físicas e esportivas para todas as pessoas: 2017. Brasília: PNUD, 2017. 392 p. Disponível em: http://www.each.usp.br/gepaf/wpcontent/uploads/2017/10/PNUD_RNDH_completo.pdf. Acesso em: 25 mai. 2023.

SÃO LUÍS. Portal da Transparência 2023. **Remuneração de Servidores**. Disponível em: https://transparencia.ma.gov.br/app/v2/pessoal/remuneracao#result_list. Acesso em: 05 mai. 2023.

SÃO LUÍS. Secretaria de Estado do Desporto e Lazer - SEMED. **Relatório de atividades**. São Luís, 2013. 54f.

SILVA, M. C. da; SILVA, A. B. da; AMORIN, T. E. C. Condições de espaços públicos destinados a prática de atividades físicas na cidade de Pelotas/RS/Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Pelotas, RS, v. 17, n. 1, p. 28, 29 ago. 2012. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/535>. Acesso em: 11 jul. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: a prática reflexiva. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Esporte, Lazer e Descentralização. **Licere**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 537-578, 27 set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/15349>. Acesso em: 26 maio 2023.

Endereço dos(as) Autores(as):

Efraim Lopes Soares
Endereço eletrônico: efrasoares16@gmail.com

Silvana Martins de Araujo
Endereço eletrônico: silvanaaraujo1402@gmail.com

Aline Silva Andrade
Endereço eletrônico: aline@ifma.edu.br

Layene Maria Coelho Santos
Endereço eletrônico: Layene.santos14@gmail.com

Pablo Linhares Teixeira
Endereço eletrônico: pablolinharest@hotmail.com

Sara Hingrid Ramos Gonçalves de Oliveira
Endereço eletrônico: Sara.hingrid@discente.ufma.br

Jorge César Silva Mendes
Endereço eletrônico: jorgecarueira@yahoo.com.br